

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
A. Da Metodologia.....	24
B. Da estrutura da tese	27
Capítulo 1 – LIMITAÇÕES DA ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE NA ARBITRAGEM INVESTIDOR-ESTADO	31
1.1.A (falta de) competência para examinar a conduta do investidor na arbitragem investidor-Estado	32
1.1.1. Formação do consentimento na arbitragem investidor-Estado.....	34
1.1.2. Limitação da competência arbitral: ausência de obrigações explícitas para o investidor	38
1.1.3. Limitações da competência arbitral para examinar obrigações previstas nas leis nacionais.....	48
1.2. Arguição de ilegalidade: exigindo a obrigação de respeitar as leis do país anfitrião	55
1.2.1. Objeto da arguição de ilegalidade	58
1.2.2. Arguição de ilegalidade articulada a partir do requerimento de legalidade presente nos tratados de investimento.....	63
1.2.2.1. A redação do requerimento de legalidade nos tratados: influência da arbitragem comercial.....	64
1.2.2.2. Ilegalidade como fundamento para declinação da competência	72
1.2.2.2.1. Legalidade como requisito jurisdicional <i>ratione materiae</i> ...	79
1.2.2.2.2. Legalidade como requisito jurisdicional <i>ratione voluntatis</i> .	85
1.2.2.3. Limitações da abordagem jurisdicional da ilegalidade	88
1.2.2.3.1. Diferenças no tratamento dos atos praticados no estabelecimento dos praticados na performance do investimento.....	89
1.2.2.3.2. Requerimento de legalidade não explícito no tratado	100
Capítulo 2 – O PRINCÍPIO DAS MÃOS LIMPAS COMO FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O EXAME DA ARGUIÇÃO DE ILEGALIDADE	109
2.1. Da aplicabilidade do princípio das mãos limpas na arbitragem de investimentos	109
2.1.1. Princípios gerais de Direito como fonte de obrigações internacionais	110
2.1.2. Da doutrina das mãos limpas como princípio geral de direito	121

2.1.2.1. O princípio das mãos limpas no direito interno	123
2.1.2.2. O princípio das mãos limpas nas relações entre Estados.....	128
2.1.2.3. O princípio das mãos limpas nas relações entre investidores e Estados.....	140
2.2. Desafios jurídicos da aplicação da doutrina das mãos limpas	154
2.2.1. Escopo da arguição de ilegalidade	155
2.2.1.1. Condutas contrárias à ordem pública transnacional.....	158
2.2.1.2. Enquadramento de violações meramente locais	169
2.2.2. Adequando os paradigmas para casos de indenização (<i>damages</i>). 174	
2.2.3. Estabelecendo uma relação de reciprocidade entre as condutas do investidor e do Estado	182
2.3. Do princípio das mãos limpas aplicável na arbitragem investidor-Estado	191
Capítulo 3 – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DAS MÃOS LIMPAS PARA O EXAME DA LEGALIDADE.....	197
3.1. Os critérios interpretativos	198
3.1.1. Critério material: o ato ilegal.....	198
3.1.1.1. Corrupção	205
3.1.1.2. Fraude	228
3.1.1.3. Violações de Direitos Humanos	244
3.1.1.4. Abuso do processo	253
3.1.1.5. Violações das leis nacionais <i>stricto sensu</i>	276
3.1.1.5.1. Violações das leis nacionais nível 1 (princípios fundamentais ou normas mandatórias)	277
3.1.1.5.2. Violações das leis nacionais nível 2 (subsidiário).....	281
3.1.1.5.3. Violações das leis nacionais nível 3 (erros menores).....	285
3.1.2. Critério subjetivo: comportamento e motivação das partes.....	289
3.1.2.1. Atuação e motivação do investidor.....	290
3.1.2.2. Atuação do Estado	297
3.1.3. Outros critérios: temporal, linguístico e relacional	306
3.2. Os resultados da arguição de ilegalidade	310
3.2.1. Da inadmissibilidade da demanda	311
3.2.2. Ilegalidade como questão de mérito	333
3.2.2.1. Da rejeição da ação	335
3.2.2.2. Da redução do montante compensatório.....	349
3.2.3. Da desconsideração da ilegalidade.....	360
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	365

REFERÊNCIAS	373
Normativos.....	373
Doutrina	380
Jurisprudência	400
Outras referências	419
ANEXO – AMOSTRA DE CASOS	421